



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
DÉBORA FRANCA BEGNAMI



**Análise crítica da atuação profissional da/o assistente social no
CRAS – São Cristovão.**

Mariana, 2019

DÉBORA FRANCA BEGNAMI

**Análise crítica da atuação profissional da/o assistente social no
CRAS – São Cristovão.**

Trabalho apresentado ao Curso de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito para a obtenção do título de Bacharela em Serviço Social, sob orientação da Prof^a M^a Taciane Couto Gonçalves.

Mariana, 2019

B417a Begnami, Débora Franca.

Análise crítica da atuação profissional da assistente social no CRAS - São Cristovão [manuscrito] / Débora Franca Begnami. - 2019.

62f.: il.: tabs.

Orientadora: Prof^a. MSc^a. Taciane Couto Gonçalves.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

1. Política Social - Mariana (MG) - Teses. 2. Assistência Social - - Mariana (MG) - Teses. 3. Assistente social - Mariana (MG) - Teses. I. Gonçalves, Taciane Couto. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 364.3

Catálogo: ficha.sisbin@ufop.edu.br

“ANÁLISE CRÍTICA DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DA/O ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS – SÃO CRISTOVÃO”

Débora França Begnami
(Discente)

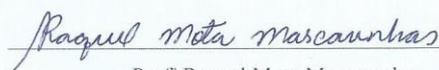
Taciane Couto Gonçalves
(ORIENTADORA)

Trabalho de Conclusão de Curso submetida ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 05/07/2019



Prof^ª Juliana Aparecida C. Pereira



Prof^ª Raquel Mota Mascarenhas



Prof^ª Orientadora: Taciane Couto Gonçalves

A meus pais pelo apoio e incentivo incondicional e aos docentes da UFOP que fizeram parte da minha trajetória de ensino, minha eterna gratidão e admiração.

Lista de Tabelas

Tabela 1 Quantitativo de acompanhamentos e atendimentos realizados pelos Centros de Referência de Assistência Social 38

Tabela 2 Programas ofertados pela Proteção Social Básica, de acordo com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação e Cidadania de Ouro Preto 39

Lista de Siglas

ABI – Associação Brasileira de Imprensa
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAP'S – Caixa de Aposentadorias e Pensões
CAPS – Centro de Atenção Psicossocial
CF – Constituição Federal
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social
FUNABEM – Fundação de Bem-Estar do Menor
FEBEM – Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
LBA – Legião Brasileira de Assistência
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
NOB/RH – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
ONG'S – Organizações Não Governamentais
PAIF – Programa de Atenção Integral a Família
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PEP – Projeto ético-político
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

Resumo

Este Trabalho de Conclusão de Curso objetiva pesquisar as possibilidades e limites da atuação profissional do serviço social na assistência social no município de Ouro Preto, com base nas análises feitas no período de estágio supervisionado, entre os anos de 2017 e 2018. Foram utilizados como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e documental, levando em conta as principais discussões sobre a trajetória histórica do Serviço Social, das políticas sociais, as transformações do mundo do trabalho, e os desafios da efetivação da garantia de direitos sociais no município de Ouro Preto. Dentre as análises feitas foi possível perceber que há muitos limites para as possibilidades de efetivação dos direitos sociais, propostos pela Política Nacional de Assistência Social, e que uma atuação preocupada com a efetivação do Projeto Ético Político é cada vez mais necessária.

Palavras-chave: Política Social; Política Nacional de Assistência Social; trabalho profissional.

Abstract

This Course Conclusion Paper aims to research the possibilities and limits of the professional service of the social service in the city of Ouro Preto, based on the analyzes made during the period of supervised internship, between the years 2017 and 2018. methodological, bibliographical and documentary research, taking into account the main discussions about the historical trajectory of Social Service, social policies, the transformations of the world of work, and the challenges of ensuring the realization of social rights in the municipality of Ouro Preto. Among the analyzes made, it was possible to perceive that there are many limits to the possibilities of effective social rights, proposed by the National Policy of Social Assistance, and that an activity concerned with the implementation of the Political Ethical Project is increasingly necessary.

Keywords: Social Policy; National Policy on Social Assistance; professional work.

Índice

Introdução	10
1. Apontamentos teóricos sobre a Política Nacional de Assistência Social no Brasil pós-1988	12
1.1 Sobre a dinâmica capitalista de produção e a questão social	12
1.2. Estado e Política Social no capitalismo	16
2. O Serviço Social na Política Nacional de Assistência Social: uma análise a partir da atuação profissional no CRAS de Ouro Preto	29
2.1 Breves considerações sobre o Serviço Social e o Projeto Ético Político	29
2.2 Particularidades da Política de Assistência Social no Município de Ouro Preto	34
2.3 A atuação profissional no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) São Cristovão - Ouro Preto	44
Considerações Finais	53
Referências Bibliográficas	55
Anexo	59

Introdução

Este trabalho de conclusão de curso é fruto da reflexão a partir da minha inserção no estágio supervisionado, onde pude manter contato diretamente com a atuação da profissional do serviço social nas suas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Desta maneira, definiu-se como objeto de estudo a atuação do assistente social na área da assistência social no município de Ouro Preto, no CRAS São Cristovão, tendo em vista os limites e possibilidades quanto à realização de direitos sociais na área da Assistência Social. Além disso, o estudo visa contribuir com as análises sobre a atuação profissional considerando a precarização do trabalho na contemporaneidade e seus reflexos nesse espaço sócio-ocupacional.

Inicialmente minha intenção era pesquisar os usuários, quais eram suas perspectivas sobre o CRAS, como era antes e o que melhorou, como a instituição influencia na vida desses indivíduos e como eles viam os cortes feitos pelo governo, além de traçar um perfil dessa comunidade. E, paralelamente, trazer a visão dos funcionários da instituição. Porém, devido ao tempo, não foi possível concluir desta maneira.

Durante o estágio, participando de todas as funções exercidas pela profissional, percebi que existem vários desafios para a atuação profissional dos assistentes sociais nesses espaços e a minha intenção era poder colaborar com esse trabalho.

Para construção e delimitação deste estudo, foi preciso recorrer à pesquisa bibliográfica (de caráter exploratório) sobre as transformações no mundo do trabalho, perpassando por um resgate histórico da trajetória do Serviço Social e da Assistência Social no Brasil. Segundo Boccato (2006, p. 266), “esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi tratado o assunto apresentado na literatura científica”.

Durante meu período de inserção e o contato com a realidade da profissão e dos usuários pude perceber como a atuação profissional dos assistentes sociais em seus respectivos estabelecimentos, neste caso o CRAS, é de grande significância para a comunidade, pois a procura pelos serviços

sociais é significativa. Em campo, percebemos diversos desafios enfrentados pelos profissionais que serão abordados na pesquisa.

O referido projeto encontra-se estruturalmente dividido em dois capítulos, sendo eles: “Apontamentos teóricos sobre a dinâmica capitalista e a questão social” e “Atuação profissional da Assistente Social no CRAS”.

No primeiro capítulo é abordado a dinâmica capitalista de produção, as concepções de Estado e suas formas de intervenção na política e o surgimento da política social nesse contexto, atendo-se a realidade brasileira, com base em autores como Marx (2012), Yamamoto e Carvalho (2004), Netto e Braz (2006).

No segundo capítulo, fazemos uma breve contextualização sobre o Serviço Social e o Projeto Ético Político. Também abordamos brevemente sobre a história do município de Ouro Preto e alguns dados importantes para entendermos a dinâmica da cidade, bem como as particularidades do CRAS no município e assim, a atuação da assistente social no CRAS São Cristovão, fazendo reflexões acerca das principais contribuições e limites da atuação profissional e algumas críticas sobre o desenvolvimento do trabalho na instituição em questão.

CAPÍTULO 1. Apontamentos teóricos sobre a Política Nacional de Assistência social no Brasil pós-1988

A proposta do primeiro capítulo é contextualizar a formação da política de assistência social brasileira e suas particularidades político-econômicas a partir da Constituição Federal de 1988. Sendo assim, a discussão acerca da formação das políticas sociais no Brasil envolve compreender uma cadeia de fatores particulares da formação dessas políticas que, em certa medida, destoam da trajetória clássica das políticas sociais nos países de economia central. Antes, porém, retomaremos algumas reflexões teóricas acerca do modo de produção vigente, sob o qual se inscreve tal política.

1.1 Sobre a dinâmica capitalista de produção e a questão social

Na constituição das sociedades humanas os meios de vida e de produção são produzidos e reproduzidos baseados nas relações sociais que os homens e mulheres estabelecem entre si e com a natureza. Essas relações são determinadas por fatores econômicos - como o nível de desenvolvimento dos meios de produção e das forças produtivas - que, por sua vez, determinam o conjunto das relações sociais, políticas, culturais, de acordo com as condições de cada período da formação histórica.

A sociedade capitalista chama a atenção quando analisamos sua forma de organização social e manutenção do seu modo de produção. Dentre os aspectos que a caracteriza temos que quanto mais se desenvolve seu modo de produção e avança em seu processo de constante acumulação, mais se nota o aumento das desigualdades sociais. Isto porque tal sociedade funda-se na exploração do trabalho social por uma parcela cada vez menor da sociedade, logo, o/a trabalhador/a que vende sua força de trabalho recebe muito aquém do valor que realmente produz ao trabalhar. Esta expropriação do valor excedente que se produz, denominado por Marx de *mais-valia*, nada mais é que uma forma da classe dominante explorar o trabalho alheio e, por este meio,

concentrar as riquezas socialmente produzidas pelas forças de trabalho dos trabalhadores/as.

O capital não é uma coisa material, mas uma determinada relação social de produção correspondente a uma determinada formação histórica da sociedade, que toma corpo em uma coisa material e lhe infunde um caráter social específico. O capital é a soma dos meios materiais de produção produzidos. (MARX apud IAMAMOTO, 2001, p. 37)

Desta forma, a produção social é fruto das relações predominantes da produção material da vida. Considerando o capital como uma relação social, concordamos com a afirmação de Iamamoto e Carvalho (2004) que, seguindo a tradição marxista, analisam o processo capitalista de produção da maneira historicamente determinada de homens e mulheres produzirem e reproduzirem suas condições materiais de existência. Estas por sua vez, determinam relações sociais que dialeticamente continuam a reproduzir as relações produtivas.

O/A trabalhador/a, ao vender sua força de trabalho, nos processos de produção transfere valor para o produto final, não só retornando o valor gasto na produção como gerando novo valor e meios de consumo. Desta forma, assim como a relação capital *versus* trabalho se configura de maneira contraditória, “a classe trabalhadora cria, em antítese consigo mesma, os próprios meios de sua dominação, como condição de sua sobrevivência” (Marx, 2012).

Com a venda da sua força de trabalho, o/a trabalhador/a recebe um equivalente monetário – o salário –, proveniente da própria produção. Este salário, cujo valor é socialmente e historicamente determinado, deveria expressar o valor necessário para que este/a trabalhador/a pudesse prover seus meios de sobrevivência bem como o de seus dependentes, o que nem sempre se efetiva na realidade concreta.

Assim, dentro dos limites do absolutamente necessário, o consumo individual da classe trabalhadora volta a converter o capital gasto em troca de força de trabalho em nova força de trabalho, explorável pelo capital. É produção e reprodução do meio de produção indispensável para o capitalista, do próprio trabalhador. O consumo individual do trabalhador, é pois, um fator de produção e reprodução do capital. (MARX, 2012, p. 486)

Segundo Marx, pelas análises realizadas a partir de seus estudos sobre o modo de funcionamento do capitalismo na sociedade burguesa de então, tudo se torna mercadoria, até a força de trabalho do/a trabalhador/a, ou seja, os bens produzidos, além do valor de uso, passam a ter, sobretudo, o valor de troca. No capitalismo, tudo é transformado em mercadoria pelo valor de troca. Sendo assim, até o trabalhador se torna mercadoria, ao trocar sua força de trabalho por um valor recebido na forma de salário. Estas relações determinam o diferencial do modo capitalista de produção em relação a outras formações históricas de produção.

A produção de mercadorias nos marcos do capitalismo tem como pré-condições a divisão social do trabalho fundada na exploração, a propriedade privada dos meios de produção e a apropriação da riqueza produzida, tudo confluindo para se produzir cada vez mais mercadorias com valor de troca para se obter cada vez mais lucro. Então, produz não somente para satisfazer as necessidades básicas humanas, mas para gerar, sobretudo, riquezas, lucro e formar o capital, que fica concentrado com aqueles que dominam os meios de produção. Para Marx, no capitalismo a mercadoria que mais valoriza não é o trabalhador em si, mas sua força de trabalho alienado.

Conforme Chauí (2012), Marx faz uma crítica ao trabalho alienado e estranhado. Comentando sobre o tema, ela diz que, segundo Marx, é pelo trabalho que homem e mulher realizam a sua essência, que se afirmam enquanto seres consciente e capazes de vontade e de esforço. No capitalismo, contudo, ocorre que a alienação do trabalho implica em que os mesmos não se reconheçam no produto do seu trabalho e, além disso, sentem que o produto do trabalho produzido ainda se volta contra o trabalhador, pois o resultado produzido não é seu, é do contratante da força de trabalho. E mais, além de não se sentir no produto final, como acontecia com o antigo artesão, e não ter a posse do que é produzido, ainda não se recebe em troca, de forma justa, o devido valor por aquilo que produziu. Assim, a exploração gera a alienação do trabalho e o trabalho alienado gera estranhamento e desumanização.

Em seus estudos sobre o funcionamento do capital, Marx conclui que a força de trabalho cria “valor [pois] ao ser utilizada ela produz mais valor que o necessário para reproduzi-la, ela gera um valor superior ao que custa” (NETTO; BRAZ, 2006, p.100). E dentro deste processo que ele descobre como

acontece a acumulação capitalista e a sua reprodução, mas a sua continuidade não baseia-se apenas em produção e reprodução de mais-valia e mercadoria, também proporciona a reprodução de relações sociais.

A essência da produção capitalista está no trabalho assalariado e nas condições gerais que o possibilitam, isto é, a produção capitalista supõe relações sociais no interior das quais existem sujeitos que podem comprar a mercadoria força de trabalho para empregá-la na produção de mercadorias e sujeitos que são obrigados a vender sua força de trabalho, já que este é o único bem que possuem. Assim a produção capitalista só pode ter continuidade se também for contínua a produção das relações sociais que engendram aqueles sujeitos. Em suma: a reprodução capitalista só é viável se ela produzir as relações sociais que põem frente a frente capitalistas e proletários. (NETTO; BRAZ, 2006, p.136)

Dentro dessa perspectiva do modo capitalista de produção fica muito clara a divisão e o surgimento de duas classes distintas: de um lado, os burgueses (capitalistas) detentores dos meios de produção, do outro o proletário, trabalhadores "livres" que só tem a própria força de trabalho (que é vista como mercadoria) para vender.

O objetivo da acumulação capitalista é a busca de lucros constantes e essa característica que o faz se destacar e imperar na sociedade em si, essa busca intensa torna-se tão avassaladora que gera as desigualdades sociais, devido à grande concentração das riquezas.

Atualmente, o grau de desenvolvimento em que o capitalismo se encontra registra o que chamam de fase contemporânea do estágio monopolista, que tem na acumulação flexível a nova forma de organização da produção¹. Dentro dessa nova fase, caracterizada dentre outras coisas pelo elevado padrão tecnológico na organização de produção, surgem novos determinantes e expressões da questão social, onde cada vez mais vemos o trabalhador distante e não se reconhecendo como parte da classe operária.

A questão social não é senão as expressões do processo de formação do desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulação jurídica do mercado de

¹ Permitimo-nos aqui realizar um salto histórico na trajetória de desenvolvimento do modo de produção vigente, pois, não cabe nesse estudo uma análise mais detalhada do mesmo. A quem interessar uma sistematização introdutória, mas de inquestionável rigor teórico, sugerimos conferir a obra de Netto e Braz.

trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais como um novo tipo de enfrentamento da questão social. (Iamamoto; Carvalho, 2004, p 84)

Iamamoto (2001) também afirma que somente a partir do reconhecimento da classe trabalhadora da sua importância no cenário político e das lutas sociais difundidas desde então, que foi possível garantir que esses sujeitos tivessem seus direitos e deveres garantidos perante o Estado, dando origem aos direitos sociais e às políticas sociais.

1.2. Estado e Política Social no capitalismo

No âmbito da tradição marxista, inscrevem-se as análises de Mandel (1982) que reforçam o entendimento do Estado como um produto da divisão social do trabalho, sendo este não especificamente uma instituição fundada pelo capitalismo.

As funções superestruturais que pertencem ao domínio do Estado podem ser genericamente resumidas como a proteção e a reprodução da estrutura social (as relações de produção fundamentais), à medida que não se consegue isso com os processos automáticos da economia. Por isso nem todas as funções do Estado são hoje 'puramente' superestruturais, como não o eram nas formações sociais pré-capitalistas. Esse aspecto do Estado é de particular importância no modo de produção capitalista. (MANDEL, 1982, p 333)

Segundo o autor as principais funções do Estado Capitalista são: a criação de condições adequadas para a continuidade da produção, para além daquelas fornecidas pela classe dominante; evitar que a classe trabalhadora (dominada) se rebele, através dos meios coercitivos (exército, polícia, sistema judiciário e penitenciário) e, por fim, manter a ideologia dominante, por meio da alienação das classes subalternas.

Na sociedade burguesa as relações econômicas se baseiam na exploração da força de trabalho, sendo a venda desta necessária ao/a trabalhador/a para sua sobrevivência. Logo, a correlação de dependência entre empregador e empregado é comumente fortalecida. "As funções econômicas asseguradas por essa 'preservação da existência social do capital' incluem (...)

o estabelecimento de leis, moeda, mercado, Exército e barreiras alfandegárias a nível nacional" afirma Mandel (1982, p 337).

Desta forma o Estado mantém a propriedade privada e a concorrência capitalista, enquanto os donos dos meios de produção constituem a política com o objetivo de assegurar seus interesses individuais por meio do controle das decisões estatais, via Leis, poder judiciários etc.

A transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista marcou um período de acirramento da questão social e as contradições advindas da relação capital-trabalho começam a mostrar necessidade de redimensionar a intervenção estatal. Esta intervenção confirma tática de busca do consenso pelo governo ao agir nas relações sociais.

Ainda nesse aspecto, vale ressaltar que não haveria tal intervenção do Estado se não fossem os movimentos populares presentes neste período. A ascensão do capitalismo monopolista ocorreu em um momento que a classe trabalhadora também se fortalecia politicamente, transformando significativamente o papel do Estado. O movimento operário ao se inserir na política reivindicando melhorias de vida e trabalho recebe da classe dominante e de seus representantes no Estado respostas que materializam o que Gramsci chamou em suas análises de função integradora do Estado.

O capitalismo tardio caracteriza-se pela combinação simultânea da função diretamente econômica do Estado burguês, do esforço para despolitizar a classe operária e do mito de uma economia onipotente, tecnologicamente determinada, que pode supostamente superar os antagonismos de classe, assegurar um crescimento ininterrupto, um aumento constante do consumo e, assim produzir uma sociedade 'pluralista'. A função objetiva da ideologia 'economicista' é, sem dúvida tentar dismantelar a luta de classe do proletariado" (MANDEL, 1982: 341).

Assim, o Estado passa a intervir na produção assumindo novas atribuições seja atuando na economia através do financiamento de pesquisas, estímulo no desenvolvimento, projetos industriais e, indiretamente, no fornecimento de matéria prima a custos menores, com intuito de fortalecer o capital privado por meio do capital estatal.

Entende-se então que no capitalismo tardio explicitado por Mandel (1982), a dificuldade de valorização do capital requer intervenção do Estado para expandir os lucros. Assim, a passagem do capitalismo concorrencial para

o monopolista, fase que Mandel (1982) intitula como capitalismo tardio, altera as relações entre Estado e política social.

O período monopolista se caracteriza então por uma ampliação de leis sociais, mesmo que inserido em um momento contraditório da política, que por um lado, reconhece as necessidades da classe trabalhadora, mas mantém a intervenção coercitiva, a fim de assegurar a defesa da ordem social vigente.

No que tange à política partidária e governamental, o Estado e Governo são entendidos como sinônimos, no entendimento da tradição liberal de Estado, a qual coloca as instituições de um lado e a sociedade, pessoas ditas comuns, do outro. Essa compreensão é fruto de identificações que respondem pela coisificação do conceito de Estado, segundo Mendonça (2012).

Duriguetto e Montañó (2011) trazem uma breve síntese sobre a compreensão da matriz original do Estado moderno. As concepções de Estado e Sociedade Civil no pensamento moderno têm seu lastro original nas teorias contratualistas do — direito natural ou do jusnaturalismo, dos séculos XVII e XVIII, contexto de transição e hegemonia do modo capitalista de produção. Essas concepções afirmam a necessidade do Estado respeitar e legitimar os direitos inatos dos indivíduos. Ou seja, o Estado seria o produto do contrato social, no qual reúne anuências de vontades individuais (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011). Os formuladores dessa concepção, entre outros, citamos Thomas Hobbes (Inglaterra, 1588-1679); John Locke (Inglaterra, 1632-1704) e Jean Jacques Rousseau (Suíça, 1712-1778).

Já as concepções marxistas sobre Estado se deram a partir do final século XVIII, pelos estudos de Karl Marx e Friedrich Engels. Na contramão das discussões vigentes à época, esses autores colocam como base de discussão do Estado a luta de classes. Para esta linha de percepção não poderia haver igualdade enquanto houvesse dominação por uma parcela da sociedade dos meios de produção sendo, desse modo, o Estado um produto da síntese da coerção por meio da força, inserido num contexto de lutas de classes. O Estado, emerge como um aparelho ao serviço dos interesses de uma classe, neste caso, a classe dominante. Neste sentido, o caminho a ser buscado pela classe dominada, os trabalhadores, deveria ser o da supressão do Estado, em busca da construção de uma sociedade sem classes.

Para Mendonça (2014)

Se existe uma natureza no homem, ela possui um cunho social e, portanto, passível de transformação. Os homens teriam uma sociabilidade própria, que lhes era conferida não por um —contrato, mas, sim, pelo lugar por eles ocupado no processo de produção e de trabalho onde alguns eram proprietários dos meios de produzir, enquanto outros, não. Os não proprietários, por seu turno, exerciam distintas funções no processo produtivo, como operários, lavradores etc. Logo, o que a matriz marxiana apresentou de inovação foi uma visão profundamente histórica e classista da sociedade e dos homens, os quais pertencem, sempre, a certa classe social, inexistindo, assim, individualidades essencialistas e soberanas em —estado de natureza, fosse este concebido como estado belicoso ou não. (MENDONÇA, 2014, p. 31)

As contradições existentes entre a concepção de Estado na matriz marxista e as concepções que a antecederam consistem nas contradições de classes. Assim, a sociabilidade é determinada pelas relações sociais advindas do lugar ocupado no processo de produção e de trabalho cindido entre os proprietários dos meios de produção e os proprietários apenas daquilo que vendem, a força do seu trabalho, e não dos contratos sociais. Portanto, para a autora não existe uma individualidade baseada na natureza humana, ou numa essência humana em estado natural bom ou mal, passivo ou belicoso. O homem produz e é produzido pelo seu meio, portanto passivo de mudanças, de transformações como sujeito de sua história.

Conforme Lenin (1978, p. 226), “O Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de opressão de uma classe por outra, é a criação da ordem que legaliza e consolida esta opressão moderando o conflito de classes”. Sendo assim, neste entendimento, somente a destruição do Estado poderia superar a exploração de uma classe sobre a outra.

Antônio Gramsci, no início do século XX, por sua militância política e também pelos seus estudos no contexto Italiano de sua época foi outro autor que retomou a discussão do conceito de Estado partindo do marxismo. Ele estuda o fenômeno do capitalismo monopolista e faz comparações com a Itália, considerada periférica no contexto capitalista europeu da época. Neste contexto, Gramsci se preocupa com a socialização da política, segundo Duriguetto e Montañó (2011).

O Estado, na visão de Gramsci, não é somente a “Sociedade Política”, não é somente a coerção e dominação de uma classe sobre outra. Para fundamentar sua discussão ele recupera o conceito de “Sociedade Civil” de Marx e o reformula numa compreensão de que essa faz parte do tecido do Estado, em que as forças privadas

hegemônicas estão em constante movimento e em várias disputas para manter o poder. O Estado seria assim uma cimentação entre Sociedade Política e Sociedade Civil. Entre as várias passagens sobre a análise do Estado nos “Cadernos do Cárcere”, ele afirma que: “[...] O Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados”. (GRASMCI, 2012, p. 335)

Coutinho (1981), é um dos mais importantes intérpretes das ideias de Gramsci no Brasil, falando em Estado no sentido ampliado ele afirma:

O Estado em sentido amplo, com novas determinações, comporta duas esferas principais: a sociedade política (Estado estrito) que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos de coerção sobre controle das burocracias executivas e policial militar, e a Sociedade Civil, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e ou difusão das ideologias compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos e a organização material da cultura (COUTINHO, 1981, p. 91).

Às concepções de Estado, restritas à sociedade política e à dominação, a ditadura e a coerção, Gramsci alarga com a “Teoria do Estado Ampliado.” O estado policalesco, repressor, dominado pela classe dominante, nas acepções marxistas, altera para um Estado de consenso, de hegemonias e da direção. Ele continua com seus aparatos de repressão, de uso da força, bem como seu caráter classista, mas comporta o fenômeno novo, visto por Gramsci como Sociedade Civil com seus “Aparelhos Privados de Hegemonia”, que sintetizam a disputa do consenso, principalmente através da constituição das ideologias, segundo Coutinho (1981).

Consenso, coerção e hegemonia são categorias que permeiam a obra de Gramsci, contudo, a categoria hegemonia é um conceito mais amplo, compreendendo e abrangendo os demais. Sendo assim, a prática ‘normal’ da hegemonia, no jogo clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pelo exercício combinado da força e do consenso, que se equilibram de modo variado sem que a força suplante em muito o consenso e apareça como consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos de opinião pública, como os jornais e associações. Estes, em certas situações, são multiplicados artificialmente para selar as supostas aparências de acordos na cela política, segundo Gramsci (2012).

Apoiar este trabalho na discussão de Gramsci sobre o conceito de Estado ampliado, antes de qualquer coisa, além de embasamento teórico, é uma opção também metodológica. Sua teoria engendrada a partir da análise as

conformações de força e consenso no interior do Estado, ajuda a pensar a natureza, por exemplo, de políticas públicas produzidas a partir dos embates entre os Movimentos Sociais e o Estado no âmbito das demandas por políticas sociais.

A luta pela hegemonia tem na Sociedade Civil seu lócus central. Nessa direção, “a sociedade civil não pode ser seccionada ou amputada da totalidade na qual emerge: responde a uma extensão da socialização do processo produtivo, mas não atua apenas nos espaços produtivos.” (FONTES, 2010, p. 16). Os Movimentos Sociais e Sindicais, na sua diversidade e pluralidade, no contexto amplo da sociedade brasileira, afirmam que esse Estado tem seus limites, e ele que está longe de ser a referência para a utopia que os projetos dos sujeitos coletivos das lutas sociais e políticas almejam.

Os capitalistas, por meio da pressão política e do domínio do Estado e de suas instâncias de poder: legislativo, executivo e judiciário, conseguem impor leis que retiram direitos, historicamente conquistados pelas lutas dos trabalhadores organizados reduzem os direitos trabalhistas, precarizam e sucateiam as condições de trabalho.

No que tange à política social, segundo as autoras Behring e Boschetti (2006), o surgimento das primeiras iniciativas de políticas sociais não são especificamente datadas,

Pois como processo social, elas se gestaram na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal (...) sua origem situa-se na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, em especial na sua fase tardia, pós a Segunda Guerra Mundial. (Idem, 2006, p 47)

As autoras discutem que a formação das políticas sociais são respostas e formas de enfrentamento às inúmeras expressões da questão social no capitalismo, que são inerentes a contradição entre capital e trabalho.

Neste sentido, é importante compreender que a produção e reprodução das relações sociais em seus momentos históricos, estamos nos referindo também a condições de vida, de cultura e produção de riqueza.

(...) é correto afirmar que a tradição marxista empreende, desde Marx e Engels até os dias de hoje, um esforço explicativo acerca da questão social, já que o que está subjacente às suas manifestações concretas é o processo de acumulação do capital, produzido e reproduzido com a operação da lei do valor, cuja contraface é a

subsunção do trabalho pelo capital acrescida da desigualdade social e do crescimento relativo da pauperização. (Behring; Boschetti, 2006, p 52)

O liberalismo econômico demarcou um período, que se estendeu entre meados do século XIX até o início do século XX, em que se sustentava a ideia do princípio do trabalho como mercadoria e sua regulação pelo livre mercado. Além disso,

Cada indivíduo agindo em seu próprio interesse econômico, quando atuando junto a uma coletividade de indivíduos, maximizaria o bem-estar coletivo. É o funcionamento livre e ilimitado do mercado que assegura o bem-estar. É a 'mão invisível' do mercado livre que regula as relações econômicas e sociais e produz o bem comum. (Behring e Boschetti, 2006 p 56)

Contudo, as autoras explicam que para que haja um predomínio do mercado na regulação das relações sociais, continua-se fazendo necessária a intervenção estatal. Mesmo que, a nível de discurso, para o liberalismo a intervenção do Estado seja um "mal necessário", a realidade concreta tem demonstrado que sua existência e intervenção (orientada pelo projeto da classe dominante) é necessária, por exemplo, para que as leis garantam a liberdade econômica do mercado, e assim, maior lucratividade.

Essa reduzida intervenção estatal, segundo explica as autoras, se dá por uma concepção liberal que acreditava que o Estado não deveria intervir nas regulações sociais e nem garantir direitos sociais.

Podemos citar alguns elementos que exemplificam essa reduzida intervenção estatal, segundo as concepções liberais, como: *predomínio do individualismo*, desta forma também; *o bem estar individual maximiza o bem estar coletivo*; *predomínio da liberdade e competitividade*, o que fortalece a primeira concepção; *naturalização da miséria*, pois acreditam que esta seja oriunda a natureza humana, e não da desigualdade social; *predomínio da lei da necessidade*, essa estabelece um controle populacional, logo, da miséria; *manutenção de um Estado mínimo*, o Estado deve ser neutro, de maneira a garantir os interesses do liberalismo; *as políticas sociais estimulam o ócio e o desperdício*, eles acreditavam que essas políticas são um risco ao mercado por incentivar a acomodação; por fim, *a política social deve ser um paliativo*, o Estado deve assegurar assistência mínima aos indivíduos que não tem

condições de se inserir no mercado de trabalho, cabe às instituições privadas, por meio de caridade, minimizar a pobreza.

Tendo como base essas concepções:

não é difícil compreender que a resposta dada à questão social no final do século XIX foi sobretudo repressiva e apenas incorporou algumas demandas da classe trabalhadora, transformando as reivindicações em leis que estabeleciam melhorias tímidas e parciais nas condições de vida dos trabalhadores, sem atingir, portanto, o cerne da questão social. (BEHRING-BOSCHETTI, 2006 P. 63)

O período citado, do final do século XIX, também foi marcado pela mobilização da classe trabalhadora, no sentido de garantir sua emancipação humana. Direitos políticos, como o voto, organização de sindicatos e partidos, livre expressão e manifestação (Barbalet, 1989), foram conquistados neste ciclo. Desta forma, essa mobilização foi expressiva para a ampliação dos direitos sociais da classe trabalhadora nos países de economia central.

O surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de força no âmbito do Estado. Os autores são unânimes em situar o final do século XIX como período em que o Estado capitalista passa a assumir e a realizar ações sociais de forma mais ampla, planejada, sistematizada e com caráter de obrigatoriedade (BEHRING, BOSCHETTI, p. 64)

É difícil estabelecer um padrão para as iniciativas de intervenção estatal ao redor do mundo. Em cada região elas variam de acordo com os critérios de gastos estabelecidos pelo país, pela influência político-econômica que este possui, o alcance que exerce, entre outros fatores.

Inicialmente, em alguns territórios europeus, houveram iniciativas que podemos citar como as pioneiras no que diz respeito à proteção dos trabalhadores. No período do final do século XIX e início do século XX começaram a desenvolver o seguro saúde e pensões para idosos, estas sustentadas por fundos de arrecadação pelos funcionários.

Neste mesmo período ocorre um enfraquecimento das ideias liberais, que vão perdendo força devido ao crescimento do movimento operário e monopolização do capital. O primeiro devido a presença dos trabalhadores nos espaços políticos, forçando a burguesia a reconhecer seus direitos.

Para as políticas sociais o período do início do século XX é complicado, já que para o desenvolvimento do capital é necessário que as taxas de lucros sejam crescentes e a circulação ocorra normalmente, o que não acontece com tanta força em períodos de crise.

Para se pensar o desenvolvimento destas políticas no Brasil, é necessário, primeiramente, compreender que no território brasileiro há particularidades. O Brasil não teve uma Revolução Industrial nos moldes clássicos, não esteve à frente das grandes guerras mundiais, logo, o capitalismo aqui se desenvolveu de maneira diferente.

Sabemos que a política social brasileira não surgiu ao mesmo tempo nem com o mesmo formato e alcance das políticas sociais implementadas nos países de capitalismo central. As primeiras lutas da classe trabalhadora no Brasil são datadas da primeira década do século XX, diferentemente dos países europeus. A questão social só se apresenta como preocupação política a partir do século XX.

Por um lado, os direitos os sociais, sobretudo trabalhistas e previdenciários, são pauta de reivindicações dos movimentos e manifestações da classe trabalhadora. Por outro, representam a busca de legitimidade das classes dominantes em ambiente de restrição de direitos políticos e civis – como demonstra a expansão das políticas sociais no Brasil nos períodos de ditadura (1937-1945 e 1964-1984), que as instituem como tutela e favor (...). (Behring, Boschetti, 2006, p. 79)

O primeiro registro de leis sociais no Brasil deu-se pela criação de uma “caixa de socorro” para a burocracia pública, datado de 1888 e perdurando até a década de 1960. Um ano depois ferroviários e funcionários da Imprensa Nacional ganham o direito a pensão e férias.

A Lei Eloy Chaves, de 1923, também foi um marco no que diz respeito às políticas sociais brasileiras. Essa lei consolidou a base do sistema previdenciário, inicialmente instituindo a criação das chamadas Caixas de Aposentadorias e Pensão (CAPs) para algumas categorias de trabalhadores, como ferroviários e marítimos. A lei foi direcionada para esses trabalhadores porque estavam diretamente envolvidos na atividade responsável por 70% do PIB nacional, que era a produção de café.

Após a crise de 1929 houve uma diversificação na economia brasileira, visto que essa afetou significativamente a produção de café, desta forma os Institutos de Aposentadorias e Pensões ampliaram suas áreas de atuação. A partir de 1945 esses Institutos passaram a incluir serviços de alimentação, habilitação e saúde, porém posteriormente tiveram complicações devido à má gestão.

Esse período de depressão foi marcado por uma mudança considerável no desenvolvimento das políticas sociais nos países europeus, com a ampliação das intervenções estatais sob orientação do ideário keynesianista-fordista que na ocasião se apresentou como uma “saída” capitalista para a crise.

Enquanto isso no Brasil, a regulamentação do trabalho, que só ocorreu em 1919 era orientada pela lógica da questão social como caso de polícia, sendo o indivíduo responsabilizado individualmente e as demandas da classe trabalhadora tratadas com respostas repressivas do Estado.

Com efeito, entre 1893 e 1927, é possível relacionar pelo menos cinco leis repressivas da atividade político-sindical do operariado urbano, todas visando, sobretudo, à expulsão de trabalhadores estrangeiros por motivos de militância sindical. Atribuía-se à infusão da experiência sindical europeia na vida operária brasileira, via imigração, a responsabilidade pela crescente mobilização da força de trabalho urbano; e, de acordo com o ideário *laissez-feiriano*, fora da ordem do mercado só existia a “ordem” da coação, ou por outra dava-se estabilidade à ordem do mercado pela repressão (SANTOS, 1979, p. 72).

Santos (1979) sinaliza para a necessidade de mudanças “na composição da elite, ou pelo menos, em parte dela, que permitisse a renovação do equipamento ideológico com que enfrentava o problema da ordem econômica e social”. O processo de industrialização que se iniciava, o que influenciava no crescimento populacional e na migração, precisava de uma dominação menos repressiva para se desenvolver.

O autor destacou os períodos de 1943 a 1973 – início da regulação social do Estado – e 1966 a 1971, como os mais significativos para a política social brasileira. O Estado Social de Vargas era autoritário e basicamente usou de assistencialismo para organizar a relação capital-trabalho. Ele também não

atendeu ao sistema beveridgiano², ao qual a maioria dos Estados de proteção social adotaram. No Brasil essa proteção aconteceu de forma conservadora.

O período já citado anteriormente, que marca um fortalecimento da regulação estatal no país, na verdade foi expressivo para uma parcela da população: os que possuíam o trabalho considerado formal, enquanto o resto ficava aquém de ações filantrópicas e de caridade.

Historicamente, a política social brasileira esteve vinculada a práticas voluntárias com presença de moralismo, clientelismo e favor. Como marco desse período temos a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), pela então primeira dama Darcy Vargas, em 1942, com o intuito de ajudar as famílias dos soldados enviados a Segunda Guerra Mundial. A LBA foi criada em parceria com o Estado e com o empresariado brasileiro, marcado pelo trabalho voluntário por parte das mulheres.

Esse legado confere a assistência social uma identidade de assistencialismo que o Estado não identifica como ações de sua alçada, assim, segundo Silva (2012) a assistência social foi historicamente operacionalizada de forma assistemática, voluntária, individualista e sem dispor de quaisquer recursos orçamentários direcionados ao suprimentos das classes subalternas e/ou necessitadas da sociedade.

Sem alterações expressivas no trato dispendido pelo Estado brasileiro sobre as políticas sociais de maneira geral, o período que precedeu o golpe militar de 1964 compreendeu a realização de manifestações populares tão significativas no que diz respeito a luta por direitos sociais que contribuiu para que a classe média apoiasse a intervenção militar.

A fase da política brasileira instaurada com o governo militar tinha o discurso de transformar o país em uma potência mundial, contudo, apenas modernizou a relação de dependência e subordinação histórica do país diante do capital internacional, como analisou Florestan Fernandes. O que se

² O sistema Beveridgiano foi instituído na Inglaterra, em 1942, para contrapor o modelo vigente naquele período, o Bismarkiano. Estabelece o welfare state e o caráter universal dos direitos, de forma a garantir mínimos sociais a quem necessitar. "Enquanto os benefícios assegurados pelo modelo bismarckiano se destinam a manter a renda dos trabalhadores em momentos de risco social decorrentes da ausência de trabalho, o modelo beveridgiano tem como principal objetivo a luta contra a pobreza" (BEVERIDGE, 1943).

registrou foi uma regressão dos parcos direitos civis e políticos conquistados até então.

O Sistema Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor ou Fundações Estaduais (Funabem/Febems) foi criado em 1965 com intuito de regular a questão dos menores que viviam nas ruas e eram envolvidos em atos infracionais. Essas fundações funcionavam como todos os órgãos repressivos, recolhiam as crianças, mantinham-nas aprisionadas com o intuito de “regenerá-las”, até o momento que pudesse retornar a sociedade.

Couto (2010) identifica que entre os movimentos sociais que tencionaram o governo militar para a transição democrática destacam-se: a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), os movimentos da Igreja Católica ligados à Teologia da Libertação, o movimento das donas de casa, o Movimento contra a Carestia, os Comitês pela Anistia, os sindicatos (principalmente os dos metalúrgicos do ABC paulista), a União Nacional Estudantil (UNE), entre outros. Outro fator que fortaleceu a sociedade civil foi o fim do bipartidarismo em 1979.

A política social deste período foi marcada pela extrema centralização política financeira no nível federal, pela fragmentação institucional na operacionalização da política, pela supressão da participação popular nas decisões políticas, pelo uso clientelístico dos recursos, pela distribuição de benefícios, pelo autofinanciamento do investimento social e pela privatização de setores rentáveis, como educação, saúde e habitação. A categoria dos assistentes sociais apareceu então como responsável direta pela operacionalização da política social. (Assumpção e Carrapeiro, 2014, p. 108)

A insatisfação com o regime militar desenvolveu a rearticulação da sociedade civil, segundo Assumpção e Carrapeiro (2014) o movimento contra a Carestia e as greves operárias, ocorridas nos grandes centros urbanos entre 1978 e 1982, culminou na movimentação pelas Diretas Já. O protagonismo operário envolveu e mobilizou não só o proletariado como também uma parcela considerável da pequena burguesia.

A CF/1988 foi um passo muito importante para a assistência social avançar enquanto política pública destinada a assegurar direitos aos cidadãos. Os Artigos 203 e 204 asseguram a assistência como um direito a todos, integrado a seguridade social, sendo esta provida de recursos financeiros

públicos, e de responsabilidade também da sociedade na proteção, promoção, amparo e reabilitação de pessoas em condições de vulnerabilidade social.

A Política de Assistência Social segundo o MDS (2005) é fruto de um longo processo de debates, conflitos, impasses e conquistas envolvendo instituições como a Frente Social dos Estados e municípios, Associação Nacional dos Empregados da Legião Brasileira de Assistência, órgãos da categoria, organizações não-governamentais e movimentos sociais, resultando na Lei Orgânica de Assistência Social, datada de 1993.

Com o intuito de garantir o acesso aos direitos conquistados de maneira a integrá-los ao cotidiano das pessoas, em 2005 ocorreu a criação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), fruto de diretrizes estabelecidas pela IV Conferência Nacional de Assistência Social, ocorrida em 2003.

Em 2004 a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada pela Resolução 130 do Conselho Nacional Assistência Social (CNAS), é elaborada com o objetivo de especificar a gestão do SUAS. Essa política coloca os direitos dos usuários em foco das ações, além de incorporar uma vigilância social em defesa dos direitos socioassistenciais. Além de garantir que a população tenha um lugar onde recorrer em caso de violação de seus direitos, que serão abordados posteriormente.

CAPÍTULO 2. O Serviço Social na Política Nacional de Assistência Social: uma análise a partir da atuação profissional no CRAS de Ouro Preto

2.1 Breves considerações sobre o Serviço Social e o Projeto Ético Político

O Serviço Social é uma profissão que, segundo Iamamoto e Carvalho (2009), surgiu como uma forma de resposta às expressões da questão social em um determinado período histórico do desenvolvimento capitalista. O seu significado social deve ser analisado perante o processo de produção e reprodução das relações sociais e sua institucionalização como profissão é explicada através das contradições existentes nos processos sociais das relações entre as classes antagônicas.

O Serviço Social tem na questão social a base de sua fundação enquanto especialização do trabalho. Os Assistentes sociais, por meio da prestação de serviço socioassistenciais – indissociáveis de uma dimensão educativa (ou político-ideológico) – realizada nas instituições públicas e organizações privadas, interferem nas relações sociais cotidianas, no atendimento às variadas expressões da questão social, tais como experimentadas pelos indivíduos sociais no trabalho, família, na luta pela moradia e pela terra, na saúde, na assistência social pública, entre outras dimensões. (IAMAMOTO, 2001, p.163)

O surgimento da profissão justifica-se nas contradições próprias da sociedade burguesa cuja emergência e desenvolvimento trouxe como consequência o aumento das desigualdades sociais e o acirramento das expressões da questão social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2004).

Segundo a autora e o autor, o Serviço Social surge nesse processo para dar respostas às demandas tanto do Capital quanto do Trabalho, sendo o exercício profissional polarizado por essas relações e interesses, participando também da reprodução dos antagonismos sociais.

[...] a atuação do Assistente Social é necessariamente polarizada pelos interesses de classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante. Reproduz também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demanda do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história [...]. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2004, p.75)

A profissão vai se configurar, principalmente, no âmbito da relação entre o Estado e o conjunto da sociedade participando do processo de reprodução dos interesses da classe dominante e seus representantes no Estado e da continuação da ordem social vigente, respondendo em alguma medida as necessidades da classe trabalhadora. O/A assistente social não consegue eliminar essa contradição do exercício profissional, fadado/a a fortalecer um pólo pela mediação do seu antagonismo já que as classes sociais existem pela sua correlação.

Segundo Yasbeck (2009), é por volta de década de 1930 que a profissão começa a se desenvolver no Brasil devido ao crescimento do capital e da expansão urbana, num processo que fez surgir novas necessidades sociais que exigiam profissionais qualificados/as técnica e politicamente. Nesse âmbito, a profissão se institucionalizou como um dos instrumentos que o Estado utilizaria para o enfrentamento da questão social. O Estado passa a intervir no processo de reprodução das relações sociais assumindo o papel de regulador e fiador dessas relações.

Esse processo abriu para o Serviço Social novos mercados de trabalho, ampliando assim seu campo de intervenção. Destaca-se nesse mercado o papel de executores/as e mesmo elaboradores/as das políticas sociais.

Dessa forma, gradativamente, o Estado vai impulsionando a profissionalização do assistente social e ampliando seu campo de trabalho em função das novas formas de enfrentamento da questão social. Esta vinculação com as Políticas Sociais vai interferir também no perfil da população-alvo para a qual se volta à ação do Serviço Social, que se amplia e alcança grandes parcelas de trabalhadores, principal foco das ações assistenciais do Estado (YASBECK, 2009, p.10).

A profissão vai se afirmar em nosso país, principalmente, como integrante do setor público, consolidando-se como parte do aparato estatal e de empresas privadas, sendo o/a assistente social um/a trabalhador/a assalariado/a e não sendo possível pensar a profissão no processo de reprodução das relações sociais separada das instituições que o empregam lamamoto; Carvalho (2004).

Devido à relação de compra e venda da sua força de trabalho, os/as assistentes sociais vão se afirmar como trabalhadores assalariados, tendo a questão social como objeto do seu fazer profissional. Vão necessitar das instituições e principalmente do Estado para disponibilizar condições necessárias

para efetivar seu trabalho, já que não possuem meios para fazê-lo autonomamente, sendo assim, o Estado um dos seus maiores empregadores.

Em sua origem e institucionalização o Serviço Social teve forte influência da doutrina social da igreja católica como base filosófica orientadora de sua intervenção combinando-a com o conservadorismo teórico expresso no positivismo, no funcionalismo, dentre outros. Contudo, décadas mais tarde vimos a profissão buscar novas bases de legitimação. Entre os anos 1960 e 1970, na América Latina, ocorre o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, onde os profissionais passaram a questionar o conservadorismo presente no Serviço Social tradicional em particular e na sociedade em geral, a buscar uma aproximação junto à população mais alinhada aos interesses da classe trabalhadora.

Segundo Netto (2009), o Movimento de Reconceituação foi um processo onde se procurou romper com o Serviço Social tradicional e conservador, apesar de algumas vertentes ainda estarem ligadas ao conservadorismo, buscava-se através desse movimento fazer um debate crítico sobre a profissão.

As constantes discussões ocorridas nesse período foram a base inicial para a construção do Projeto Ético Político Profissional. As décadas de 1970 e 1980 no Brasil foram fundamentais para dar uma definição aos rumos do Serviço Social no país, sendo um dos fatores que confluíram para isto a ampliação dos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social que ocorreu ainda sob a vigência do Regime Militar. A aproximação e incorporação de debates próprios das Ciências Sociais (no âmbito acadêmico); a ascensão dos movimentos políticos das classes sociais, na luta pela democracia, pelos direitos sociais e melhores condições de vida; o engajamento de parte de sua base em processos de luta e resistência à Ditadura, o processo de produções acadêmicas de caráter crítico dentre outros fatores, foram desdobramentos e também causadores que possibilitaram aos assistentes sociais desenvolverem maiores reflexões sobre a atuação profissional e seu papel enquanto profissional nos marcos da sociedade de classes.

Compreendendo a origem e desenvolvimento do atual Projeto Ético-Político Profissional (PEP), entende-se sua relevância para a atuação dos assistentes sociais, contribuindo para a construção do exercício profissional no

seu dia-a-dia de trabalho, instruindo esses profissionais no atendimento aos seus usuários e na sua relação com profissionais de outras áreas. O projeto profissional dá uma direção social e política à profissão sendo uma construção coletiva da categoria.

O PEP do Serviço Social é resultado das contradições que permeiam a profissão, sendo através dele que os assistentes sociais irão construir suas estratégias profissionais (TEIXEIRA; BRAZ, 2009).

Segundo Yamamoto (2001), o projeto profissional realiza-se em diferentes dimensões, são elas: 1) nos seus instrumentos legais os quais vão assegurar direitos e deveres dos assistentes sociais, e que irão representar a defesa de sua autonomia profissional no seu cotidiano de trabalho, 2) nas expressões e manifestações coletivas da categoria profissional realizada através de suas entidades representativas, 3) nas articulações com outras entidades do Serviço Social e com outras entidades profissionais, 4) no trabalho profissional desenvolvido em diversos espaços ocupacionais, preservando a qualidade dos serviços prestados e buscar fortalecer a noção de direito social junto aos usuários e a possibilidade de ação conjunta para sua defesa na esfera pública e 5) no ensino universitário responsável pela qualificação teórica dos profissionais.

Existe uma tensão entre o projeto ético-político profissional e a condição de trabalhador assalariado do assistente social, pois apesar de ser um profissional dotado de autonomia profissional, liberdade e conhecimentos, de propor ações e ser capaz de implementá-las, suas ações são submetidas aos interesses de seus empregadores, o que coloca algumas condições ao trabalho desses profissionais, como exemplificaremos mais à frente.

É possível perceber que no seu cotidiano de trabalho o assistente social encontra diversos entraves para conduzir seu exercício profissional, apesar de buscar atender as demandas de seus usuários, que cada vez mais tem se diversificado. Existem fatores que dificultam essa realização, principalmente os interesses da instituição que os empregam, pois na maioria das vezes esses interesses vão de encontro aos interesses dos usuários, o assistente social deve fazer uma mediação entre eles baseado nos princípios éticos e políticos da profissão.

A consolidação do PEP do Serviço Social, enquanto projeto hegemônico de orientação da profissão, se dá por volta da década de 1990, quando há um grande amadurecimento político-organizativo dos profissionais de Serviço Social (TEIXEIRA; BRAZ, 2009).

Além do Código de Ética Profissional, uma das formas de dar materialidade ao Projeto Ético Político é a Lei nº 8.662 criada em 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão, que trata das competências e atribuições dos profissionais inscrita nos artigos 4º e 5º.

Segundo Iamamoto (2009), o grande desafio para a consolidação do PEP é torná-lo um guia executável e efetivo para o exercício profissional, o que exige um esforço de integrar o “dever ser” com sua implementação prática, sob o risco de se deslizar para uma proposta ideal, abstraída da realidade histórica.

Alargar as possibilidades de condução do trabalho no horizonte daquele projeto exige estratégias político-profissionais que ampliem bases de apoio no interior do espaço ocupacional e somem forças com segmentos organizados da sociedade civil, que se movem pelos mesmos princípios éticos e políticos (IAMAMOTO; 2009, p.16).

Ao mesmo tempo em que se objetiva consolidar o PEP profissional do Serviço Social em nosso país, observamos a implementação das políticas neoliberais, que trazem várias consequências para a sociedade e para o mundo do trabalho, onde se ampliam as desigualdades sociais, a precarização do trabalho, o rebaixamento salarial e o desemprego estrutural, processos esses que têm rebatimentos na profissão (RAICHELIS, 2011).

Com o neoliberalismo o Estado passa cada vez mais a transferir para a sociedade civil suas responsabilidades no que diz respeito à área social. As políticas sociais passam a ser focalizadas e seletivas, tendo esses profissionais que buscar em seu cotidiano profissional estratégias para conseguir realizar seu exercício profissional pautado nos princípios ético e políticos da profissão, dada a falta investimento na área, os direitos sociais e trabalhistas sendo desconstruídos e todo esse processo interfere significativamente na atuação profissional.

Dentre as múltiplas particularidades existentes na política social pós CF/ 1988 está a participação e o controle social. Os sujeitos precisam tanto controlar a sua realização, bem como a sua qualidade, a fim de que se configure como obrigação do Estado e não como concessão, sendo assim, participantes efetivos da sua implementação e execução.

A CF/1988 reconheceu que o poder do povo pode ser exercido pela participação (democrática participativa) e pelo voto (democracia representativa),

a conquista da democracia participativa abriu a possibilidade da sociedade civil (e não só dos órgãos do Estado) participar das decisões sobre a política pública pela sua atuação nos conselhos, como os conselhos de assistência social, saúde, dos direitos da criança e do adolescente e das cidades. (CNAS/MDS, 2006, p. 8)

Desta forma, juntamente com o governo, os Conselhos são responsáveis por tomar decisões, além de opinar, sobre as ações administrativas de planejamento e controle das ações, garantindo que a população vulnerável tenha acesso aos seus direitos.

Os Conselhos precisam seguir orientações próprias, como possuir o mesmo número de representantes da sociedade civil (usuários, prestadores de serviços e trabalhadores da área) e de representantes de segmentos do governo, conhecido como paridade; os representantes devem ter plenas condições de defender os segmentos que representam; contam com um plenário e devem ser responsáveis por Conferências, onde ocorrem as instâncias deliberativas.

Tanto a participação quanto o controle social são garantidos na CF/1988, mas são distintas. A participação social confere ao cidadão direito de ser ouvido e de participar diretamente nas decisões governamentais, de maneira que estas atendam aos seus interesses. Enquanto o controle social permite a fiscalização das ações do Estado, por meio da população.

Essa participação popular deveria ser melhor estimulada pelos órgãos públicos, porém não é que acontece como será mostrado posteriormente na realidade da Política de Assistência do município de Ouro Preto.

2.2 Particularidades da Política de Assistência Social no Município de Ouro Preto

O Município de Ouro Preto fica situado na região central de Minas Gerais. Foi elevada à categoria de vila em 1711, com o nome de Vila Rica. Historicamente, nenhum outro município brasileiro acumulou tantos fatos relevantes à construção da memória nacional, como podemos citar a Revolta dos

Emboabas em 1708, motins contra o Quinto da Coroa Portuguesa em 1720 e a Inconfidência Mineira em 1789.

Atualmente, possui uma população de 70.281 habitantes, segundo pesquisa realizada em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O município possui doze distritos, sendo eles: Cachoeira do Campo, Amarantina, Glaura (Casa Branca), São Bartolomeu, Santo Antônio do Salto, Antônio Pereira, Lavras Novas, Rodrigo Silva, Santa Rita, Santo Antônio do Leite e Miguel Burnier.

Tornou-se um dos mais importantes centros históricos e culturais do estado, tendo, em 1938, sido tombado como Patrimônio Nacional, e em 1980 como Patrimônio Cultural da Humanidade. Por essa razão o turismo é muito difundido na cidade.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município, calculado com base na renda per capita familiar, expectativa de vida dos moradores e da taxa de alfabetização é de 0,741, índice alto se comparado a média do país que corresponde a 0,755.

No ano de 2017, segundo dados do Portal de Transparência, recebeu do Governo cerca de R\$ 126.183.537,56 de recursos financeiros para serem distribuídos na Saúde, Educação, Assistência Social, dentre outros. Em comparação com o ano de 2018 o repasse teve um decréscimo de 30,5%, o que resultou em cortes significativos de investimentos na cidade e afetou consideravelmente a política de Assistência Social do município.

O número de cestas básicas distribuídas pela prefeitura caiu cerca de 60%, gradativamente os benefícios eventuais foram sendo cortados (como o benefício aluguel) e os recursos para os outros foram diminuindo. Na instituição retratada em questão não havia faxineira, nem segurança.

Na área social, o município conta com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação e Cidadania, um Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) e cinco Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) para atender a população, sendo estes situados em bairros estratégicos.

Em relação a sua localização, o CRAS deve localizar-se em territórios onde se concentram o maior número de famílias em situação de vulnerabilidade

social, devendo também ser um local de fácil acesso à população e que também contribua para o deslocamento de sua equipe.

O CRAS é a unidade pública responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias - PAIF e, dessa forma, deve dispor de espaços que possibilitem o desenvolvimento das ações previstas por este Serviço. [...] O imóvel do CRAS, seja alugado, cedido ou público, deve assegurar a acessibilidade para pessoas com deficiência e idosas. Constitui fator relevante para a escolha do imóvel a possibilidade de adaptação de forma a garantir o acesso a todos os seus usuários. [...] O CRAS deve ser uma unidade de referência para as famílias que vivem em um território. (MDS, 2009, p. 48)

Ainda de acordo com o MDS (2009), esses espaços devem oferecer serviços de forma planejada, com um prévio conhecimento do território e das famílias que lá vivem, observando suas necessidades, além de ser muito importante o mapeamento das situações de vulnerabilidade.

Ouro Preto, ainda que seja um município com grandes riquezas e participação significativa na economia do estado, vem apresentando problemas políticos e econômicos que refletem muito a situação social que vive. No dia 31 de outubro de 2018 foi publicado o Decreto nº 5.231 que determinou estado de calamidade financeira do município, devido ao não repasse integral dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), da Saúde pelo Estado de Minas Gerais, Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços /ICMS e outros. Anteriormente ao decreto, o prefeito já havia anunciado uma série de medidas como forma de conter os gastos públicos. Entre eles a extinção das secretarias de Esportes e Lazer, de Agropecuária, e da Casa Civil, incorporadas em outras pastas, redução de 10% dos salários dos cargos comissionados, incluindo do prefeito e secretários, a extinção de alguns cargos de livre nomeação e diminuição de custos em alguns contratos com fornecedores.

Durante um ano de estágio pude perceber índices consideráveis de desemprego, que podem ser confirmados pelos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) disponibilizado pelo Ministério do Trabalho, que mostram como houveram quedas consideráveis nas contratações do município, principalmente no ano de 2017. Aumentando de maneira considerável a procura pelos serviços dos CRAS e benefícios eventuais para suprir necessidades básicas.

Dado o exposto, é possível perceber que o município está longe de poder responder com eficácia as demandas da população, principalmente em momentos de calamidade como este.

A PNAS no Brasil, em 2004, e a implementação do SUAS, em 2005, trouxe para as cidades de todo o país a implantação de unidades de atendimento ao público que disseminaram os objetivos do SUAS, sendo os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) uma delas.

Os CRAS são unidades públicas estatais descentralizadas da política de assistência social, responsáveis pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do SUAS nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios. O CRAS é considerado “a porta de entrada” do SUAS, pois é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social da assistência social (Ministério do Desenvolvimento Social, 2009).

O CRAS deve prestar serviço, potencializando as mudanças significativas para a população, com vistas a mudar suas condições efetivas e torná-la sujeito de sua própria vida (BRAGA, 2011, p. 148).

Segundo o MDS (2009), o CRAS tem como objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios de sua abrangência, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania. Prioriza o atendimento dos beneficiários de programas Federais e Estaduais, famílias com renda per capita menor que meio salário mínimo, crianças, adolescentes e idosos que estejam em situações de risco, buscando com isso, superar as vulnerabilidades locais.

Além disso, o CRAS tem como função principal ofertar o Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF), que é o principal serviço da proteção social básica.

O PAIF é o principal serviço de Proteção Social Básica, ao qual todos os outros serviços desse nível de proteção devem articular-se, pois confere a primazia da ação do poder público na garantia do direito à convivência familiar e assegura a matricialidade sociofamiliar no atendimento socioassistencial, um dos eixos estruturantes do SUAS (MDS, 2009, p. 31).

O PAIF é um programa muito importante, pois serve de base para diversos outros programas que visam à garantia de direitos da população, além de buscar através de suas atividades, uma melhora no convívio familiar.³

Além do PAIF, segundo a Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009 que define a tipificação nacional de serviços socioassistenciais, existem dentro da proteção social básica o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. O primeiro trata de um serviço que deve ser realizado em grupos com objetivo de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Enquanto o segundo, a prevenção de agravos que possam de alguma maneira romper com os vínculos familiares e sociais do usuário.

Para atender a população do Município de Ouro Preto foram implantados, cinco Centros de Referência de Assistência Social. Os CRAS ficam localizados nos bairros São Cristovão, Alto da Cruz, e nos distritos de Antônio Pereira, Santa Rita e Cachoeira do Campo. Estes são lugares são considerados estratégicos por abranger regiões com famílias numerosas e socialmente vulneráveis. O CRAS São Cristovão, que será retratado aqui, foi implementado no ano de 2012.

Tabela 01: Quantitativo de acompanhamentos e atendimentos realizados pelos Centros de Referência de Assistência Social

³ Um dos princípios que regem o SUAS é a matricialidade sociofamiliar, que é adotado na PNAS para o atendimento socioassistencial. Nesse aspecto concordamos com as autoras que “o Estado tem deixado responsabilidades que são de natureza pública para o universo privado, a família. A partir da trajetória de centralização da família, observa-se que ao mesmo tempo em que o Estado entende a família como a principal e mais importante esfera social, por vezes também à culpa diante das situações e problemáticas sociais decorrentes. Isso se demonstra principalmente pelo fato de que a família é constantemente cobrada a realizar as mudanças no universo privado, que diz respeito diretamente ao cotidiano, sem considerar o nível da sociedade macroeconômica na qual as famílias estão inseridas” (SOUZA; SILVA, 2015, p. 2). Nesse sentido, também seria importante considerar os diversos modelos de famílias que existem na realidade atual e pensar em ações voltadas a elas.

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2017 (UN)	1º SEMESTRE 2018 (UN)
FAMÍLIAS EM ACOMPANHAMENTO	2979	889
TOTAL DE ATENDIMENTOS	10313	5164
PARTICIPANTES DE ATIVIDADES COLETIVAS (grupos, oficinas, palestras, reuniões)	3032	954
AUXÍLIOS-NATALIDADE	49	43
AUXÍLIOS- FUNERAL	15	14
OUTROS BENEFÍCIOS EVENTUAIS	1.647	839
CESTA BÁSICA	900	600

Fonte: RMA/ SNAS e SMDSH

Obedecendo a uma das solicitações do SUAS, o CRAS tem que possuir uma equipe de profissionais qualificados que vão dar o suporte às famílias. O CRAS São Cristovão possui uma equipe de dois técnicos com nível médio e dois técnicos com nível superior, sendo esses uma assistente social e um psicólogo.

O trabalho no CRAS deve ser desenvolvido de forma interdisciplinar,

A interdisciplinaridade é um processo de trabalho recíproco, que proporciona um enriquecimento mútuo de diferentes saberes, que elege uma plataforma de trabalho conjunta, por meio da escolha de princípios e conceitos comuns. Esse processo integra, organiza e dinamiza a ação cotidiana da equipe de trabalho e demanda uma coordenação, a fim de organizar as linhas de ação dos profissionais em torno de um projeto comum. (MDS, 2009, p.65).

O trabalho interdisciplinar dentro do CRAS São Cristovão acontece com um profissional da psicologia. O desafio do trabalho interdisciplinar é a descontinuidade das equipes, devido à grande precarização do trabalho e dos vínculos instáveis de trabalho. É constante dentro do CRAS a troca da equipe, o que dificulta a organização do trabalho e o acompanhamento de alguns casos e até mesmo a integração entre os profissionais. Durante todo meu período de estágio a equipe era a mesma, e a interação nesse sentido, acontecia de forma positiva.

Apesar de ser um avanço na organização do processo de trabalho, um dos problemas que a interdisciplinaridade pode trazer é o assistente social acabar incorporando para si atribuições que não são suas. Podemos citar como desafios as relações de poder que por muitas vezes permeiam as relações de

uma equipe interdisciplinar, como acontece com advogados e juizes por exemplo, também o questionamento sobre os papéis de cada profissional, exigindo uma clareza sobre a função da equipe e o do trabalho interdisciplinar, permeada por uma formação apropriada e coerente. É importante ter clareza que o trabalho exercido depende de uma cadeia de fatores como a instituição ao qual está vinculado, o exercício dos outros profissionais, a execução das políticas, a ação dos usuários, entre outras.

Para efetivar a chamada interdisciplinaridade é fundamental para qualquer profissão ater-se para o fato de que não se encontra isolada de outras profissões, além disso, ter a plena consciência de que para bem interagir com as mesmas, é sempre necessário saber definir e ser competente em seu campo. Este é um elemento fundamental para que haja, de fato, troca entre os saberes – o que define a equipe interdisciplinar (Carvalho, 2012, p. 75).

Para a garantia da proteção social da família e dos indivíduos, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação e Cidadania oferta no nível de Proteção Social Básica: Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), Benefícios Eventuais, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa Bolsa Família (PBF), Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS Trabalho) e o Cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal (CAD-ÚNICO).

Segundo o Plano Municipal de Assistência Social, estes programas são descritos como:

NOME	DESCRIÇÃO
PAIF	Trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover o acesso e usufruto aos direitos e contribuir para a melhoria da qualidade de vida.

SCFV	Realiza atendimentos em grupo (atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras), de acordo com a idade dos usuários.
Benefícios Eventuais	Provisões, de caráter suplementar e provisório, prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.
BPC	Benefício não contributivo de um (01) salário mínimo mensal às pessoas idosas com 65 anos ou mais e às pessoas com deficiência que comprovem renda <i>per capita</i> familiar inferior a ¼ do salário mínimo e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família. Inclui o BPC na Escola.
PBF	Programa de transferência condicionada de renda, que beneficia famílias pobres e extremamente pobres inscritas no CADÚNICO. Para receber o benefício a família deve cumprir as condicionalidades da frequência escolar dos filhos (crianças, adolescentes e jovens de 16 a 17 anos), do acompanhamento da saúde das crianças de até 07 anos e de mulheres de 14 a 44 anos.
ACESSUAS TRABALHO	Desenvolve ações para pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, com o objetivo de garantir o direito de inclusão ao mundo do trabalho, por meio do acesso aos cursos de qualificação e formação profissional.

CADÚNICO	<p>Cadastro que reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda – aquelas com renda mensal de até meio salário <i>per capita</i>, proporcionando ao governo o conhecimento das reais condições de vida da população e a seleção das famílias para a sua inserção em programas sociais. O serviço também inscreve famílias que tem renda mensal total de até três (03) salários mínimos, com o objetivo de atender a outros programas sociais, como o “Minha Casa, Minha Vida”.</p>
-----------------	--

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Habitação e Cidadania de Ouro Preto.

No CRAS São Cristovão além desses eram ofertados o Grupo de Acolhimento, que acontecia uma vez por semana e as famílias cadastradas podiam fazer as solicitações de cesta básica e outros benefícios; duas vezes por semana acontecia do grupo de Expressão Corporal, onde os usuários faziam ginástica juntamente com um monitor responsável; eventualmente aconteciam algumas oficinas como preparação de pães e bolos e artesanato.

A importância desses projetos era percebida na convivência com esses indivíduos. O grupo de Expressão Corporal, composto majoritariamente por idosos que moravam no mesmo bairro de localização do CRAS, era muito unido e participativo. Promoviam festas juninas, encontros e raramente faltavam aos encontros. Trabalhos como esse são muito importantes pois através dessas atividades eles têm possibilidade de se aproximarem de pessoas que vivenciam as mesmas condições de vida, podem trocar experiências, possibilitando uma integração. Ao passo que essas atividades se limitavam aqueles que moravam próximo ao CRAS, já que a instituição não disponibiliza vale transporte.

Entre outras atividades, existem as que buscam uma qualificação para a geração de renda, podemos citar os cursos de culinária e artesanato (durante o meu período de estágio elas não aconteceram). O grande problema dessas atividades é que nem sempre elas possibilitam que os usuários consigam gerar renda e também, muitas vezes esses cursos requerem dos participantes gastos (com insumos, por exemplo), excluindo pessoas que não tem condições de

contribuir. Seria interessante analisar qual o tipo de força de trabalho necessária para a região, para que estes cursos fossem mais efetivos, atendendo as necessidades das pessoas. Outro aspecto é que os cursos oferecidos são voltados em sua maioria para o público feminino, o que não necessariamente representa uma fragmentação, uma vez que a grande maioria dos cadastros referenciados no CRAS são em nome das provedoras das famílias.

Além dos projetos, o CRAS é um espaço onde as famílias buscam informações e encaminhamentos para outras instituições públicas e sociais locais e também é um local prioritário para o cadastramento nos programas ofertados pelo Governo Federal sendo o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada o principal deles.

Um dos problemas dos CRAS é a falta de financiamento e o constante corte de gastos da política, o que faz com que esses espaços não consigam responder com eficiência aos objetivos propostos, como a efetivação dos programas e projetos, a concessão de benefícios eventuais e o acompanhamento integral aos usuários.

Segundo Braga (2011), o modelo de gestão que define o Sistema Único de Assistência Social ainda não está configurado como uma realidade dentro das gestões municipais. Existe na verdade um distanciamento entre a proposta que foi formulada e idealizada em relação ao que é vivenciado nos municípios atualmente.

A gestão dos Centros de Referência de Assistência Social é feita pelo Município e muitos deles deixam a desejar, pois não há um comprometimento por parte dos gestores e isso acaba contribuindo para o abandono das instituições, para a falta de recursos humanos e materiais suficientes para atender a população usuária.

Os Centros de Referência de Assistência Social são instituições da Política de Assistência Social que, se cumprissem os objetivos propostos pelo SUAS, poderiam ser grandes instrumentos para a melhoria das condições de vida de muitos dos usuários. Para que esses objetivos comecem a ser alcançados efetivamente é preciso um comprometimento maior por parte do Estado e das gestões municipais responsáveis pela implantação e funcionamento desses espaços.

2.3 A atuação profissional no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) São Cristovão - Ouro Preto

Ao longo dos anos foi possível perceber uma ampliação do trabalho dos assistentes sociais em diversos segmentos e espaços sócio-ocupacionais, principalmente no âmbito da Política de Assistência Social devido à implantação do Sistema Único de Assistência Social.

Um dos espaços sócio-ocupacionais em que os/as assistentes sociais estão inseridos/as e que faz parte da Política de Assistência Social é o CRAS, escolhido por mim para a realização deste estudo devido ao trabalho desenvolvido na ocasião do estágio curricular e tendo como foco os limites e possibilidades para atuação profissional dos assistentes sociais nessa instituição.

A carga horária de trabalho é um ponto muito importante para o exercício profissional das assistentes sociais. No município de Ouro Preto elas atuam as trinta horas semanais que são colocadas para a profissão, o que me parece ser um tempo suficiente, dada às demandas desse CRAS em questão.

A assistente social desse centro é efetivada e possuía autonomia nas suas ações dentro da instituição, o que pode ser garantida pelo vínculo de trabalho. Juntamente com o psicólogo, executavam um trabalho integrado, reunindo semanalmente para discussão de casos e atendimento da população. Nesse tempo também foram desenvolvidos projetos paralelos, como o “CRAS nas Escolas” cuja proposta era fazer dinâmicas e debates sobre o bullying junto aos/às estudantes, porém com recurso individual de cada funcionário.

Ainda que possuam certa autonomia de trabalho, o exercício profissional no CRAS está sujeito às determinações impostas pela prefeitura (instituição empregadora), sendo assim depende dela para dar segmento ao seu trabalho, logo, as situações políticas e econômicas vividas pelo município irão refletir nas condições de trabalho do CRAS.

Como forma de regulamentar a profissão, em 2006, a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB/RH), a qual vai delinear os

subsídios para a gestão pública do trabalho na assistência social e propor alguns mecanismos para regular a relação entre os gestores, trabalhadores e prestadores de serviços socioassistenciais, traz aspectos importantes para os trabalhadores na PNAS como o plano de carreira, salários, capacitação continuada dos profissionais, inserção na carreira por meio de concursos públicos.

Em relação a gestão do trabalho

8. A gestão do trabalho no âmbito do SUAS deve também:

- garantir a “desprecarização” dos vínculos dos trabalhadores do SUAS e o fim da terceirização,
- garantir a educação permanente dos trabalhadores,
- realizar planejamento estratégico,
- garantir a gestão participativa com controle social,
- integrar e alimentar o sistema de informação. (FERREIRA, 2011, p. 17)

Ainda ocorre em municípios de pequeno e médio porte, como Ouro Preto, relações clientelistas e assistencialistas, influenciados por departamentos da prefeitura e políticos que usam de sua influência para conquistar a população.

Isso acontece muito em relação às cestas básicas. A cesta básica, a priori, não é uma relação clientelista, mas pode ser usada para tal dependendo da forma que se estabelece (ou não) os critérios de acesso à mesma e das relações de dependência que podem vir a surgir quando sua oferta não se inscreve numa lógica de direito social. A entrega de cesta básica se configura como um auxílio emergencial, uma forma de responder a uma demanda imediata, pois o usuário precisa se alimentar. Os critérios de escolha das famílias que terão acesso a estes serviços e a forma que vai se distribuir esse serviço pode constituir um direito ou um favor. Nesta ação será determinante o direcionamento ético e político dos profissionais, bem como a possibilidade de ampliar a autonomia para que o trabalho alcance objetivos diferentes daqueles postos pelos empregadores.

A entrega da cesta básica não consegue dar conta de responder em longo prazo a uma necessidade, responde apenas a uma necessidade imediata. Também não depende só do assistente social a continuidade da ação, mas sim da promoção de um conjunto de políticas públicas que respondam a necessidade real do usuário.

Outro aspecto a ser analisado é a burocratização do trabalho dos assistentes sociais. Segundo Raichelis (2011), esse fator tem sido cada vez mais evidente e tem afastado os/as assistentes sociais do trabalho direto com a população, impedindo o estabelecimento de ações continuadas.

Como exemplos dessas práticas estão o preenchimento de formulários extensos como o do Bolsa Família feitos por essas profissionais, ou preenchimento de questionários que muitas vezes não tem uma finalidade clara, que são meras exigências da instituição. Essas atividades quando feitas de forma repetitiva acaba não agregando nenhum conhecimento mais profundo e reflexão sobre os dados que estão sendo coletados. A burocratização acaba contribuindo para que o trabalho se torne mecanicista e rotineiro.

Na instituição são os assistentes sociais que realizam o primeiro atendimento aos usuários, a acolhida. A partir daí, se necessário, fazem encaminhamentos. A instituição e os profissionais então vão procurar responder às demandas, por meio dos projetos existentes da política de assistência social, enquadrando as famílias quando possível. Concretamente, a instituição dá respostas pontuais e imediatas.

As demandas dos usuários são bem diversificadas. A principal e mais recorrente são as cestas básicas. Além disso, são oferecidos o Benefício Natalidade e Benefício Funeral, onde a assistente social precisa analisar os documentos de toda a família do(a) solicitante, verificando se encaixam nas regras previstas (a média salarial por integrante familiar não pode ultrapassar $\frac{1}{4}$ de salário mínimo) e então escrever um parecer social que será entregue à secretaria. O Benefício Aluguel desde que eu entrei no estágio não estava sendo liberado. São previstas pela instituição a execução de visitas domiciliares semanais, porém com o decorrer do tempo e os corte de verbas sofrido pela prefeitura não haviam carros que pudessem levar os profissionais às visitas, interferindo em todo um processo de trabalho. O Bolsa Família nessa instituição, não é responsabilidade da assistente social, e sim de uma profissional de nível superior.

A visão de que o trabalho da assistente social é um favor, ainda é muito presente entre os usuários. A compreensão de que é um direito ainda é falha e mesmo que trabalhada pela profissional não é entendida como tal. Os usuários têm dificuldade em entender que são pessoas possuidoras de direitos, muitas

vezes pelas condições sociais que vivem. Portanto, cabe ao assistente social romper com essa visão que o usuário tem tanto sobre a profissão como também sobre ele mesmo, levando informação aos usuários e buscando atualização profissional de maneira regular.

Os usuários, em sua maioria, não se enxergam como sujeitos de direitos, muitas vezes por não conhecerem os direitos que possuem, e por isso acabam enxergando a conquista dos mesmos como um favor que está sendo prestado a eles.

Com relação à falta de conhecimento sobre o exercício profissional do assistente social que ainda é muito grande, cabe aos profissionais fornecerem as informações que dizem respeito a sua função. Assim como afirmado no Código de Ética Profissional, artigo 5º, é dever do assistente social:

f) fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional (CFESS, 1993, p. 30).

Em se tratando de direitos, ao assistente social é previsto pelo Código de Ética condições dignas de trabalho, com estrutura, sala própria, isso acontece de forma correta no CRAS São Cristovão. As salas de cada funcionário são separadas e os armários possuem cadeados pessoais, computadores e impressora. Ainda que a internet lenta tenha sido motivo de atraso de muitos procedimentos, e durante o segundo semestre de 2018 algumas vezes não havia papel disponível na prefeitura.

Ter condições dignas de trabalho, com estrutura é um direito do assistente social trazido também no Código de Ética profissional.

Artigo 7º Constitui direito do Assistente Social:

a) dispor de condições de trabalho condignas seja em entidade pública ou privada, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional (Código de Ética, CFESS, 1993, p. 31).

Esta é uma preocupação também da resolução CFESS nº 493/2006, que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social no artigo 2º:

Art. 2º - O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas:

- iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional;
- recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional;

- ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas
- espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado. (CFESS, 2006).

Segundo Guerra (2011), muitos CRAS possuem más condições de trabalho e infraestrutura (ausência de móveis, equipamentos, tecnologia e acessibilidade) as quais vão trazer condicionalidades para o exercício profissional do assistente social no que diz respeito aos seus limites e possibilidades.

O assistente social utiliza diversos instrumentos e técnicas de trabalho que ajudam a conduzir seu atendimento e realizar o acompanhamento das famílias e usuários. Os encaminhamentos contribuem para a utilização das redes de serviços existentes no município (saúde, educação, justiça, entre outros). Os relatórios sociais, são importantes para o registro de informações colhidas durante o atendimento, a visita domiciliar possibilita a assistente social estar mais próxima ao usuário, compreendendo melhor sua realidade fora do espaço da instituição. O importante dos instrumentos de trabalho é que eles sejam utilizados como forma de ajudar o assistente social a responder às demandas que lhes são apresentadas no seu cotidiano de maneira crítica.

Outro aspecto que dificulta o exercício profissional dos assistentes sociais, como já mencionado anteriormente, é a falta de recursos humanos e materiais. O ideal seria obter de papel, caneta, computador com internet, telefone e um carro para realização das visitas domiciliares. Mas nem sempre todo esse material é disponibilizado. O carro, por exemplo, era o recurso que menos utilizávamos pelo fato da prefeitura não conseguir disponibilizar. Começou diminuindo a frequência, depois foi cortado para a assistência, e por fim foi preciso utilizar do carro da secretaria de saúde para atender as demandas da instituição.

A falta de recursos financeiros no município de Ouro Preto era uma realidade existente, como foi mostrado anteriormente em dados do Portal da Transparência.

O assistente social no seu cotidiano de trabalho deve buscar caminhos e criar estratégias político-profissionais e definir quais os rumos que dará a sua atuação profissional para poder projetar ações que demarquem seus compromissos ético-políticos. É diante das adversidades do dia a dia de trabalho

que se devem reafirmar os princípios ético-políticos, pois é ele que dará aos assistentes sociais insumos para enfrentar as dificuldades profissionais a partir dos compromissos coletivamente construídos pela categoria profissional ao longo dos anos (TEIXEIRA e BRAZ, 2009).

O exercício profissional dos assistentes sociais na Assistência Social tem se tornado cada vez mais precarizados, e isso se deve também a precarização das políticas sociais.

Segundo Guerra (2011), o saldo das políticas sociais no neoliberalismo devido à falta de regulação e controle sobre o capital e a hipertrofia da financeirização do mesmo, foi responsável pela regressão dos direitos e retração das políticas públicas de proteção social, por isso os assistentes sociais passam a se confrontar com as contra reformas do sistema de seguridade social, com a fragmentação das necessidades sociais, transformação de necessidades locais e regionais, a diminuição da organização política dos trabalhadores e tudo isso vai rebater de forma significativa no seu exercício profissional.

O assistente social tem que ser um profissional que deve preocupar-se em estar sempre atualizando, estudando, pesquisando, munindo-se de conhecimento para construir com os usuários respostas às suas demandas. É preciso estar atento ao movimento da realidade, aos movimentos sociais e da categoria profissional a fim de se refletir e debater sobre a profissão, ou sobre temas que tenham relevância para a assistência social e para a população.

No seu cotidiano de trabalho deve sempre visar à garantia de direitos, melhoria para as condições de vida dos usuários, trabalhar sempre com ética, posicionando-se sempre a favor de equidade e justiça social.

Para atuarem na Política de Assistência Social os profissionais de Serviço Social devem afastar-se das antigas abordagens tradicionalistas e conservadoras da profissão que veem as situações sociais como problemas individuais e devem reconhecer a questão social como objeto de intervenção profissional, que vai demandar desses profissionais uma atuação baseada numa perspectiva totalizante, onde deverão identificar os determinantes socioeconômicos e culturais das desigualdades sociais. Para realizar uma intervenção baseada nessa perspectiva crítica é preciso que os assistentes sociais realizem um papel que una alguns aspectos, entre eles: uma leitura crítica sobre a realidade em que estão inseridos, a identificação de respostas

existentes no âmbito estatal e da sociedade civil, a formulação e construção em conjunto com os trabalhadores de estratégias políticas e técnicas para buscar modificar a realidade que se encontram e também buscar formular estratégias para pressionar o Estado para que ele garanta recursos financeiros, materiais e humanos a fim de se conseguir garantir e ampliar os direitos dos usuários (IAMAMOTO, 2009).

É essencial que o assistente social reflita sobre sua atuação e sobre seu espaço de trabalho tendo como norte o projeto ético-político profissional para poder assim buscar alternativas e possibilidades que sejam capazes de melhorar sua intervenção profissional a cada dia e concretizar os direitos sociais da população usuária já que esse é um dos principais motivos para o qual o assistente social trabalha. Além disso, deve-se buscar sempre ser um profissional que mesmo diante de tantos desafios seja não só um mero executor, mas sim um profissional que seja criador e propositivo.

[...] um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo. (IAMAMOTO, 2001, P.20).

Dentro do que foi exposto até aqui, pensando na conjuntura do trabalho profissional e todos os desafios enfrentados pela assistente social nesse campo de atuação, cabe ressaltar o projeto de intervenção que foi desenvolvido no meu terceiro período de estágio. Decidimos participar de forma mais ativa do Grupo de Acolhimento. Este grupo era feito pela equipe todas as terças-feiras às 14:00 horas com a finalidade de dar as devidas orientações sobre o serviço, para melhor entendimento da instituição e serviços disponibilizados.

Desde que o Grupo de Acolhimento começou a funcionar com temáticas específicas, percebemos que a interação dos usuários aumentou, assim como o gosto pela participação e o repasse das informações. Eles saem da reunião entendendo como funciona os procedimentos do CRAS, as atividades que ele oferece e qual seu objetivo. Desta forma diminuem os atritos, entre profissional e os usuários, pela falta de repasse das cestas básicas, dos benefícios eventuais e demais operações.

Nosso objetivo é melhorar o desenvolvimento e a qualidade do Grupo de Acolhimento, levando temas específicos (demonstrados no Anexo I) a serem abordados nos encontros, levando em consideração também o público em

questão (por exemplo: abordar o tema de juventude quando tiverem mais jovens, ou de saúde do idoso quando tiverem mais idosos). Também nos colocamos a levar informações como o funcionamento da rede de assistência (CAPS, CREAS), dos projetos que a Prefeitura da cidade (incluindo ONGs) e a universidade (UFOP) oferece a população, levar oficinas e palestras aos encontros.

Durante esses Grupos pudemos observar como os participantes se sentiam inseridos nos temas abordados e o fato de poderem trazer a sua história e realidade os agradavam. Identificamos nesse período, como algumas pessoas que não tinham coragem de se expressar possuíam alguns conflitos internos e demonstravam pelo choro e pela inquietação. Após esses momentos esses usuários eram abordados. Pessoas que antes eram agressivas e não concordavam com o funcionamento da instituição, com a participação contínua conseguiram entender como funcionavam os procedimentos da instituição.

Desde então a equipe observou o processo de evolução desse Grupo muito positivamente. Usuários que antes não concordavam com a proposta da requisição de cesta básica ocorrer dessa maneira (por meio de requisição no Grupo, determinada pelos técnicos, e distribuída conforme as visitas domiciliares iam sendo feitas) ao decorrer dos encontros melhoraram sua postura e opinião sobre o Grupo. Entenderam que a forma como funcionava servia para atender a todos de forma coletiva, que a equipe se prepara melhor para recebê-los, o repasse de informações e orientações ocorre de maneira mais democrática, sem contar na interação que ocorre entre os participantes.

Na época as visitas domiciliares aconteciam com uma certa frequência então o trabalho integrado era feito. Porém, com o decorrer do tempo e com o corte de verbas cada vez maior o Grupo foi perdendo força, visto que o CRAS não tinha nenhum recurso a oferecer mais. As cestas básicas foram quase cortadas totalmente e os benefícios estavam estagnados, desta maneira, o objetivo principal ao qual os usuários participavam dos encontros não tinham como serem efetivados mais.

Ao analisarmos os elementos constituintes do CRAS percebemos que a procura pela unidade e os serviços prestados é relativamente baixa se considerarmos que o mesmo abrange 18 bairros. Sem dúvida, as demandas existem, mas não conseguimos visualizar ações concretas que permitem uma maior visibilidade do CRAS para a população usuária. Atualmente as atividades

desenvolvidas não possuem o alcance de atratividade desejado para chamar a atenção dos usuários, e assim fortalecer o aspecto amplo do serviço, para além dos benefícios eventuais.

Isso demonstra como o trabalho profissional nessas instituições, e assim como em todas da assistência, no período em que eu estava inserida nessa realidade, é prejudicado cada vez mais tanto com as crises que são inerentes ao sistema, quanto a uma falta de interesse dos governantes em manter essas instituições ativas para a população.

Nesse sentido, precisamos ressaltar o caráter apassivador das atividades, ao invés de serem trabalhos voltados para a conscientização e mobilização dessa população. O Grupo de Acolhimento, analisando em linhas gerais e pelo que foi exposto, cumpria um papel informativo, que configura como uma função inerente a da profissional, porém nada além disso. Poderiam ter sido feitas análises de conjuntura juntamente com a população, mostrando a eles a realidade a qual eles estavam inseridos pela perspectiva teórico-metodológica a qual aprendemos durante o curso, poderíamos ter mobilizado esses cidadãos a participarem, por exemplo, do Conselho de Assistência Social do município, incentivado os mesmos a cobrarem dos governantes o que lhes é assegurado por direito e não estava sendo garantido.

Entende-se que as demandas recorrentes postas por esses usuários, como as cestas básicas os benefícios eventuais, demonstram uma relação direta com questões de pobreza advindas das desigualdades sociais, as quais o governo está cada vez menos interessado em resolver. É necessário refletir sobre esse aspecto visto que as “eventualidades” impostas são necessidades básicas das pessoas e garantidas por lei.

Na experiência vivida em questão, faltou essa análise crítica de realidade, e um melhor aproveitamento do espaço para trazer a esses usuários informações que realmente fizessem a diferença para mudarem suas perspectivas quanto a situação em que vivem e não apenas um momento de conversa e interação entre eles.

Considerações Finais

O trabalho apresentado, inicialmente, realizou um resgate acerca da dinâmica capitalista de produção, que nos ajuda a compreender como se dão as relações sociais e de trabalho e como estas influenciam na vida social dos indivíduos. Dentro dessa dinâmica também é importante compreender o papel do Estado e como este pode interferir nas políticas sociais.

Dado o exposto nesta pesquisa, também podemos inferir que a formação das políticas sociais brasileira está pautada em um percurso histórico político do capitalismo onde a divisão de classes é muito clara e significativa no que tange os interesses dos governantes.

A Constituição Federal de 1988 é um marco muito importante para a política de assistência, pois esta passa a ser compreendida como um direito do cidadão, e não como benesse e filantropia, como era antes. Posteriormente, com a criação da Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social ganha-se novos rumos para a concretização da garantia de direitos sociais dos indivíduos e do exercício profissional do assistente social.

É inegável que diante de tantos avanços, os problemas enfrentados ainda são complexos e muito ainda precisa ser feito, como o fortalecimento da gestão dos equipamentos da assistência social e do controle social. As propostas da PNAS e do SUAS solucionam na verdade problemas emergenciais, ao invés de acabar com as desigualdades sociais, que dependeria da erradicação da ordem social vigente.

Outro fator cada vez mais presente são os constantes cortes de gastos e sucateamento das políticas públicas, principalmente as ligadas com a área social, tornando a atuação profissional mais complexa e limitada.

Ao Serviço Social, nesse aspecto, é um desafio diário compreender as diversas realidades e trabalhar com elas na resposta das demandas inerentes as expressões da questão social, com as políticas sofrendo desmontes severos e recorrentes.

Compreende-se cada vez mais a necessidade de entender seu papel quanto profissional e promover reflexões sobre sua maneira de executar o projeto ético político, buscando a defesa da garantia dos direitos e expansão da

proteção social. As dificuldades enfrentadas são claras e concisas, por isso a necessidade de estar sempre atento, de maneira crítica, às contradições da vida social e nas melhores maneiras de incidir sobre as mesmas com vistas à fortalecer os interesses da classe trabalhadora.

Referências Bibliográficas

- ASSUMPÇÃO, R. P. S. e CARRAPEIRO, J. M. **Ditadura e Serviço Social no Brasil: contribuições para prosseguir rompendo com o conservadorismo da profissão.** Lutas Sociais, São Paulo, vol. 18, nº 32, p.105-118, 2014.
- BARBALET, J. M. **Teorias da cidadania.** In: Barbalet, J. M. A cidadania. Lisboa: Estampa, 1989.
- BEHRING & BOSCHETTI. **Política Social: fundamentos e história – 8ª Ed.** Cortez Editora: 2006.
- BOSCHETTI, I. **As políticas brasileiras de seguridade social: Assistência Social.** In: Capacitação em Serviço Social e política social, módulo 3. – Brasília: Unb, 2000.
- BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. **CFESS. Conselho Federal de Serviço Social.(Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CEAD/Ed. UnB, 2009.
- BRAGA, Léa Lúcia Cecílio. **O Trabalho de Assistentes Sociais no CRAS.** In: O Trabalho do Assistente Social no SUAS: seminário nacional/ CFESS. Brasília: 2011. P.142- 154.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS.** Brasília, 2004.
- BRASIL. **"Código de ética do/a assistente social.** Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª ed. rev. e atual. - (Brasília): Conselho Federal de Serviço Social, [2012].
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos: NOB/RH.** Brasília. Dez. 2006.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).** Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social. Brasília, 2009.
- CARVALHO; Fabiana Aparecida; O Serviço Social e a interdisciplinaridade; Revista Diálogos, vol. 18; n.1; ano 2012. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/viewFile/3915/2392>. Acesso em junho de 2019.
- CHAUÍ, Marilena. **Iniciação à Filosofia.** São Paulo: Editora Ática. 2012.
- COUTINHO, C. N. A Teoria Ampliada do Estado In: **Gramsci.** Porto Alegre. L & PM, 1981. Cap. 5 p. 87-103

CNAS/MDS – Conselho Nacional De Assistência Social/Ministério De Desenvolvimento Social e de Combate À Fome. **Orientação acerca dos conselhos e do controle social da política pública de Assistência Social.** Brasil, 2006.

COUTO, B. R. **O direito social e a Assistência Social na sociedade brasileira: uma equação possível?** – São Paulo: Cortez, 2010.

DURIGUETTO, M.L; MONTAÑO. C. Conceitos fundamentais: Estado e classes. In: **Estado Classe e Movimento Social.** 2ª Edição. São Paulo, Cortez, 2011. Cap. 1 p. 17- 52.

FERREIRA, Stela da Silva. **NOB-RH Anotada e Comentada** – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

FONTES, V. Contra a ditadura: luta de classes e sociedade civil no Brasil capitalista (1979 - 1980) In: **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história.** 2. Ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010. Cap. 4 p.215-244. Fórum Brasil do Orçamento, 2004

GRAMSCI, A. **Caderno 12** (1932): Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In Cadernos do Cárcere - Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Vol.22ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Cap. 1. p. 13-55.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere.** Vol.3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e Política. Vol. 3. 5ªEdição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012.

GUERRA, Yolanda. **Condições de Trabalho e Projeto Ético- Político Profissional.** In: O Trabalho do Assistente Social no SUAS: seminário nacional/ CFESS. Brasília: 2011. P. 271 -290.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico/metodológica.** 10ed. São Paulo: Cortez/CELATS, 2004.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social.** 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo.** In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS. 2009.

_____. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social.** In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS. 2009.

LENIN, V. I. **O Estado e a Revolução:** doutrina do Marxismo sobre o Estado e as tarefas do Proletariado na Revolução. Lisboa- Moscovo. Editora Avante, 1978.

- MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, K. **O Capital: crítica a economia política**. Livro 1, 30ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- MARX, K. ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 1ªed. São Paulo, Expressão Popular, 2009.
- MENDONÇA, S. R. O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica. **Marx e o Marxismo**. v.2, n.2,p. 27- 43jan/jul, 2014.
- NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64**. São Paulo: Cortez, 2009.
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. Cortez Editora, 2017.
- NETTO, José Paulo & BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. (Biblioteca Básica Serviço Social; v.1) .São Paulo: Cortez, 2006.
- RAICHELIS, Rachel. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos**. Revista Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011.
- RESOLUÇÃO CFESS nº 493/2006**. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Brasília, 21 de agosto de 2006. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf
- SANTOS, W. G. dos. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SILVA, Grazielle Nayara Felício. **A (in) construção da Política de Assistência Social brasileira e o debate acerca do seu processo de consolidação enquanto política pública de seguridade social: avanços e desafios**. Rio de Janeiro. 2012
- SOUZA, Patricia de Lourdes P.; SILVA, Iliane Medeiros Santos. **Família e Assistência Social: Desafios e Reflexões**. Artigo Científico apresentado na Pós-Graduação de Educação, Diversidade e Redes de Proteção Social, do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí. 2015.
- TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. **O projeto ético político do Serviço Social**. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS. 2009.
- YAZBEK, Maria Carmelita. **O significado sócio-histórico da profissão**. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS. 2009.

Sites acessados:

Atlas Brasil. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/ouro-preto_mg

Panorama dos Municípios pelo IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ouro-preto/panorama>

Prefeitura Municipal de Ouro Preto. Disponível em <http://ouopreto.mg.gov.br>

Portal Transparência do Estado de Minas Gerais. Disponível em <http://www.transparencia.mg.gov.br/component/transparenciamg/repasseMunicipio-transferencia-municipios/2017/1/12>.

Anexo

Temáticas escolhidas e material usado para introdução aos debates no Grupo de Acolhimento:

Violência contra a mulher:

Lei Maria da Penha Em Cordel-Tião Simpatia

(disponível: <https://youtu.be/8G9Ddgw8HaQ>)

Trecho ilustrativo:

"Dizia o velho ditado

Que "ninguém mete a colher".

Em briga de namorado

Ou de "marido e mulher"

Não metia... agora, mete!

Pois isso agora reflete

No mundo que a gente quer."

Meritocracia e discriminação social:

Problema Social-Seu Jorge

(disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=NpFRVMq98oE>)

Trecho ilustrativo:

"Seria eu um intelectual

Mas como não tive chance de ter estudado em colégio legal

Muitos me chamam pivete

Mas poucos me deram um apoio moral

Se eu pudesse eu não seria um problema social"

Violência Doméstica

por Jussara Barros Graduada em Pedagogia

(disponível: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/sugestoes-pais-professores/violencia-domestica.htm>)

Trecho ilustrativo: *"A violência doméstica acontece contra crianças, adolescentes, mulheres e idosos, sendo que os agressores são os próprios familiares das vítimas."*

Desigualdade Social-Reflexão com charges.

Ilustração:



Consumismo- reflexão com charges

Ilustração:



Diálogo com os filhos: Adolescentes e seus pais:

Rosângela Martins/Psicóloga/CRP:07/05917

Trecho ilustrativo: *"Os pais não podem se iludir com a falsa aparência de segurança e maturidade que o adolescente tenta transmitir algumas vezes. Por traz desta fachada de segurança há dúvidas, medos, pedido de limites e compreensão."*

Problematização da mídia e seus conteúdos:

Crônica Vida de cinema Luiz Fernando Veríssimo (disponível: <http://contobrasileiro.com.br/vida-de-cinema-chronica-de-luis-fernando-verissimo/>)

Trecho: "*Se a vida fosse como o cinema nos dizia, nunca faltaria bala nas nossas pistolas ou gelo no balde para o nosso uísque quando chegássemos em casa. E sempre que tivéssemos de sair às pressas de um restaurante, atiraríamos dinheiro em cima da mesa sem precisar contá-lo e sem esperar que o garçom trouxesse a nota.*"

Gravidez na adolescência:

Por Lana Magalhães, Professora de Biologia (disponível em: <https://www.todamateria.com.br/gravidez-na-adolescencia/>)

Trecho: "Veja alguns dados sobre a gravidez na adolescência no Brasil e ao redor do mundo:

- 7,3 milhões de adolescentes se tornam mães a cada ano ao redor do mundo, das quais 2 milhões são menores de 15 anos;
- no ano de 2010 um relatório divulgado por um órgão ligado à ONU indica que 12% das adolescentes entre 15 e 19 anos tinham pelo menos um filho;
- o Brasil tem 21 milhões de adolescentes com idade entre 12 e 17 anos, sendo que cerca de 300 mil crianças nascem de mães nessa faixa etária;
- em pesquisa realizada pela ONU, o Brasil tem 68,4 bebês nascidos de mães adolescentes a cada mil meninas de 15 a 19 anos.